



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

João Vitor Algeri Somavila

Perfil eleitoral majoritário entre eleitorado brasileiro

Florianópolis

2024

João Vitor Algeri Somavila

Perfil eleitoral majoritário entre o eleitorado brasileiro

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador(a): Prof. Dr. Julian Borba

Florianópolis

2024

Somavila, João Vitor Algeri
Perfil eleitoral majoritário entre o
eleitorado brasileiro / João Vitor Algeri
Somavila; orientador, Julian Borba, 2024.
40 p.

Trabalho de Conclusão de Curso
(graduação) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Filosofia e
Ciências Humanas, Graduação em Ciências
Sociais, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. Perfil
Eleitoral. 3. Perfil Majoritário. 4.
Democracia. 5. Retrocesso Democrático. I.
Borba, Julian. II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Graduação em Ciências
Sociais. III. Título.

João Vitor Algeri Somavila

Perfil eleitoral majoritário entre o eleitorado brasileiro

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Sociais

Florianópolis, 17 de dezembro de 2024.

Insira neste espaço
a assinatura

Coordenação do Curso

Banca examinadora

Insira neste espaço
a assinatura

Prof. Julian Borba, Dr.

Orientador

Insira neste espaço
a assinatura

Prof. Tiago Daher Padovezi Borges, Dr.

SPO-UFSC

Insira neste espaço
a assinatura

Matheus Ferreira, Dr.

PPGSP-UFSC

Florianópolis, 2024

Dedico este trabalho aos meus pais que fazem parte dele ao me transformarem em mim. Dedico também a mim, por, transformado em Eu, ter a coragem para realizar meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Especial agradecimento aos meus pais Delmira e Junior, cujo amor e afeto fundaram a base necessária para que perseguisse meus sonhos e explorasse novos horizontes sem me perder no trajeto. Sua dedicação em me proporcionar a vida e tudo de belo nela é o presente mais precioso que tenho. Tudo o que conquistei, devo a vocês.

À minha querida irmã, Giovana, minha companheira de aventuras, meu ombro amigo. Agradeço por cada conversa e risada, por cada abraço. Você me ensinou o verdadeiro significado de amizade e lealdade. Busquei ser sempre uma pessoa melhor para poder ser um espelho para você. É um privilégio compartilhar a vida ao seu lado.

À minha namorada, Pietra, azul do meu céu tocando no mar. Teu amor e apoio incondicionais foram e serão a melhor companhia que eu poderia querer para a jornada da vida. Você transformou cada desafio em poesia, e por isso te agradeço.

Aos meus amigos de infância, cujas memórias de cada um me influenciam e fazem parte de mim. Aos meus amigos da vida adulta,

Aos meus professores, sou grato pelos ensinamentos, incentivos e oportunidades. Em especial ao meu orientador, Dr. Julian Borba, meu reconhecimento pela sua sabedoria, competência e paciência para construir essa etapa da minha vida acadêmica.

Aos membros da banca, Dr. Matheus Ferreira e Dr. Tiago Daher Padovezi Borges, minha profunda gratidão pelas contribuições e sugestões que enriquecerão este trabalho.

Por fim, agradeço a mim.

RESUMO

A literatura comportamentalista sobre crises democráticas mostra que eleitores não conseguem impedir a subversão de líderes eleitos. Essa falha está relacionada à forma gradual com que normas democráticas são corroídas por governantes, resultando em retrocessos democráticos, como ocorrido em 68% dos episódios desde 1993, mesmo que os níveis de apoio ao regime continuem altos. Diante do paradoxo entre preferência pela democracia e incapacidade punitiva, o presente projeto investiga, no contexto brasileiro, como a presença de um perfil majoritário de eleitor pode explicar esse paradoxo. Utilizando dados da pesquisa As Bases das Clivagens Políticas no Brasil, com uma amostra probabilística estratificada e uma bateria de questões sobre visão de democracia e atitudes de apoio. Os resultados da pesquisa apontam para a presença significativa de um perfil majoritário no eleitorado, com atitudes de apoio complexas e comportamento eleitoral que legitima as tendências autoritárias de candidatos.

Palavras-chave: Democracia; Perfil Majoritário; Retrocesso Democrático.

ABSTRACT

The behavioral literature on democratic crises shows that voters are unable to prevent the subversion of elected leaders. This failure is related to the gradual manner in which democratic norms are eroded by rulers, resulting in democratic backsliding, as observed in 68% of episodes since 1993, even as levels of support for the regime remain high. Faced with the paradox between a preference for democracy and a lack of punitive capacity, this project investigates, in the Brazilian context, how the presence of a majoritarian voter profile can explain this paradox. Using data from the *As Bases das Clivagens Políticas no Brasil* survey, which features a probabilistic stratified sample and a battery of questions on views of democracy and attitudes of support. The survey results indicate the significant presence of a majoritarian profile within the electorate, characterized by complex support attitudes and electoral behavior that legitimizes candidates' authoritarian tendencies.

Keywords: Democracy; Democratic Backsliding; Majoritarian Profile.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição da variável perfil majoritário (em escala)	23
Figura 2 – Distribuição da variável perfil majoritário (binária)	28
Figura 3 – Porcentagens de apoio à democracia por perfil eleitoral	29

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Categorização das variáveis utilizadas nas análises	25
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Regressão logística: efeito do perfil eleitoral no apoio democrático.....	29
Tabela 2 – Regressão logística: associação do perfil majoritário com o voto em Bolsonaro ..	31
Tabela 3 – Teste de Robustez: associação do perfil majoritário com o voto em Lula.....	32
Tabela 4 – Descrição das variáveis utilizadas nos modelos de regressão	38

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	PERFIL MAJORITÁRIO	16
3	METODOLOGIA.....	22
3.1	DADOS E VARIÁVEIS	22
3.2	PROCEDIMENTOS ANALÍTICOS.....	25
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	27
5	CONCLUSAO	33
	REFERÊNCIAS	35
	APÊNDICE A.....	38

1 INTRODUÇÃO

Retrocessos democráticos se tornaram uma grande preocupação nos últimos anos. A literatura comportamentalista sobre crises democráticas aponta que os eleitores frequentemente falham em impedir a subversão do poder por incumbentes eleitos democraticamente (Levitsky & Ziblatt, 2018; Graham & Svolik, 2020; Haggard & Kaufman, 2021; Wunsch et al., 2023). De acordo com o argumento, essa falha está ligada à maneira específica como essas subversões se desenvolvem. Lührmann & Lindberg (2019) realizaram uma análise empírica sistemática da autocratização contemporânea em perspectiva histórica. Seu estudo forneceu evidências de que os declínios contemporâneos da democracia equivalem a uma *terceira onda* de autocratização. A principal característica dessa terceira onda é o gradualismo e a lentidão com a qual os líderes transgressores minam as instituições democráticas, utilizando-se de estratégias legais (Diamond, 2015; Lührmann & Lindberg, 2019).

Nesse sentido os autores apresentam um cenário de 68% dos episódios de retrocesso democrático resultando de abusos do poder executivo por meio da degradação gradual das normas democráticas por líderes eleitos democraticamente (Lührmann & Lindberg, 2019; Haggard & Kaufman, 2021; Frankenberg & Heitmeyer, 2024). A particularidade desse fenômeno reside no protagonismo de líderes eleitos enquanto agentes autocratizantes (Albertus & Grossman, 2021) e nos altos níveis de apoio popular que esses incumbentes recebem, mesmo enquanto suas ações minam as instituições e normas democráticas (Diamond, 2015; Lührmann & Lindberg, 2019; Graham & Svolik, 2020; Haggard & Kaufman, 2021).

Dentro desse contexto político, vários estudos identificam um declínio nos indicadores de apoio público ao regime democrático (Claasen & Magalhães, 2023; Foa & Mounk, 2016; Fuks et al., 2016; Mounk, 2018). Esse declínio é caracterizado por um apoio explícito e abstrato à democracia, que não se reflete nas atitudes – em relação as instituições democráticas e aos seus princípios normativos – e comportamentos individuais (Diamond, 2015; Graham & Svolik, 2020; Svolik, 2019). Seguindo essa discussão, algumas análises ressaltam um cenário mais amplo de retrocesso democrático, evidenciado pela subversão da democracia por governantes eleitos (Albertus & Grossman, 2021; Frankenberg & Heitmeyer, 2024; Haggard & Kaufman, 2021).

Contra intuitivamente, as pesquisas ainda apontam que a maioria dos eleitores apoia a democracia, se considera democrático e a considera como regime político preferível (Diamond, 2015; Fuks et al., 2016). Esse quadro constitutivo evidencia um paradoxo presente nas pesquisas sobre o tema: mesmo com um número insuficiente de eleitores não democráticos para

eleger líderes autoritários, os eleitores democráticos não conseguem impedir as subversões políticas de líderes eleitos. Desse paradoxo advém uma importante questão de pesquisa na ciência política: por que eleitores falham em punir transgressões democráticas de líderes eleitos?

Estudos têm proposto diversas explicações para o fenômeno da falha ou incapacidade punitiva dos cidadãos para com os líderes eleitos que transgridam normas democráticas. Dentre as perspectivas, três argumentos destacam-se na literatura do tema. A primeira aborda o fenômeno do retrocesso por meio da polarização política de um país, sugerindo que contextos polarizados minam o compromisso democrático dos cidadãos (Graham & Svolik, 2020; Svolik, 2019). A segunda linha de análise aponta para a desconsolidação democrática, resultando em uma insatisfação com a forma de governo democrática e alternativas não democráticas como soluções viáveis (Claaseen & Magalhães, 2023; Foa & Mounk, 2016). Por fim, o argumento mais recente mobiliza o nível de comprometimento individual com as normas democráticas (Wunsch et al., 2023).

A explicação mais conhecida pela literatura envolve a polarização (Graham & Svolik, 2020; Svolik, 2019). Nesses estudos, os autores demonstraram, por meio de experimentos de escolha de candidatos que, em contextos polarizados, eleitores democratas estão dispostos a sacrificar sua preferência pela democracia em favor de seus interesses partidários (Graham & Svolik, 2020). O argumento do fenômeno é de que eleitores estão dispostos a trocar princípios democráticos por interesses partidários, quando esses lhes beneficiam (Graham & Svolik, 2020). Essa literatura indica que quando o cenário político está polarizado, os eleitores confrontados com um candidato de mesmo escopo político, mas que viola normas democráticas, e um candidato de partido opositor, mas democrático, colocaram seu interesse partidário acima dos princípios democráticos com mais frequência (Graham & Svolik, 2020; Svolik, 2019).

Uma segunda chave explicativa, pouco menos conhecida pela literatura, argumenta que há um processo de desconsolidação democrática em andamento, marcado por uma crise de legitimidade cuja característica principal é a perda de apoio popular ao regime (Foa & Mounk, 2016). Com base em dados de opinião pública, os autores apontam que os indivíduos mais jovens expressam menos apego à democracia, interpretam a natureza da democracia de uma maneira menos liberal e têm menos esperança de afetar as políticas públicas por meio da participação ativa no processo político do que em períodos anteriores (Foa & Mounk, 2016; Fuks et al., 2018). O diagnóstico dos autores é que os cidadãos das democracias estão cada vez menos satisfeitos com suas instituições, e cada vez mais dispostos a descartá-las (Foa & Mounk,

2016; Fuks et al., 2018). Em resumo, gerações que viveram sob regimes autoritários tendem a apoiar mais a democracia do que aqueles que conheceram somente a democracia (Moreno & Lagos, 2016). Esse “desprendimento” com a forma atual do regime, resulta em uma inclinação para aceitar alternativas não democráticas de governo (Claassen & Magalhães, 2023; Foa & Mounk, 2016).

Por fim, a explicação mais recente envolve o nível de comprometimento individual com as normas da democracia liberal (Wunsch et al., 2023). O argumento aponta para a insuficiência explicativa do foco exclusivo na relação partidária (oferta) dos indivíduos (Wunsch et al., 2023). Para os autores, um elemento crucial no entendimento do retrocesso democrático é o comprometimento individual com as normas democráticas liberais (demanda). Os estudos investigam a interação entre diferentes entendimentos de democracia e escolha de voto, buscando avaliar as ligações entre compreensão dos cidadãos sobre a democracia e suas respostas às violações democráticas de incumbentes. Por meio de um experimento de escolha de candidato, os pesquisadores mostraram que quanto menos liberal for a visão de democracia de um indivíduo, menos ele estará disposto a punir transgressões políticas (Wunsch et al., 2023).

Este trabalho busca contribuir para o debate sobre a incapacidade punitiva dos eleitores frente a transgressões democráticas por meio da exploração de uma chave explicativa complementar: a existência de um perfil majoritário entre os eleitores brasileiros. O argumento é que eleitores majoritários entendem a democracia como a expressão da vontade da maioria, personificada no líder eleito, e atribui a este líder amplos poderes, mesmo que isso comprometa princípios democráticos fundamentais (Albertus & Grossman, 2021; Grossman et al., 2021).

A fundamentação teórica deste estudo apoia-se em pesquisas realizadas nos Estados Unidos, que analisam as raízes dessa incapacidade punitiva sob a ótica da opinião pública, em contraste com explicações centradas nas elites. Grossman et al. (2021) identificam três perfis de eleitores que tendem a não punir líderes que transgridem normas democráticas: eleitores militantes, que conscientemente sacrificam os ideais democráticos por objetivos políticos (Svolik, 2019); eleitores autocratas, que têm preferências autoritárias e rejeitam a democracia como regime ideal (Foa & Mounk, 2016); e eleitores majoritários, que entendem o exercício do poder democrático como uma extensão direta da vontade da maioria (Grossman et al., 2021). Este trabalho concentra-se no terceiro perfil, investigando sua presença e características no contexto brasileiro. Dessa discussão emergem as seguintes questões de pesquisa: existe um perfil majoritário de eleitor no Brasil? Como suas características se manifestam no contexto democrático brasileiro?

Para responder as questões de pesquisa apresentadas, será analisado o caso brasileiro. O Brasil é um país que vem enfrentando um processo de retrocesso democrático marcado pelo apoio a líderes com inclinações autoritárias e pela polarização (Fuks & Marques, 2022; Kessler, 2024; Rennó, 2020; Samuels & Zucco, 2018). Para analisar as relações entre transgressões democráticas e perfil eleitoral majoritário, serão utilizados dados da pesquisa “As Bases das Clivagens Políticas no Brasil”, conduzida no período pós-eleitoral de 2022, entre 14 de janeiro e 13 de fevereiro, com uma amostra de 1500 indivíduos.

O objetivo geral do trabalho é analisar a relação entre perfil majoritário de eleitor e líderes que violam normas democráticas. Para alcançar esse objetivo, o trabalho se propõe a analisar a extensão do perfil majoritário no eleitorado brasileiro, identificando suas características e seus correlatos atitudinais sobre a percepção da democracia e suas características fundamentais, tais como separação dos poderes e eleições livres e justas.

Alinhado ao objetivo geral, a estrutura do trabalho é a que segue: primeiro uma revisão teórica integrativa da literatura sobre retrocessos democráticos, com uma ênfase nos textos que mobilizaram a visão majoritária de democracia para estabelecer uma definição clara do que constitui um "perfil majoritário" no contexto da democracia brasileira com base na literatura de Guy Grossman et al. (2021) e Albertus & Grossman (2021). Feito isso, serão apresentados os dados e o desenho de pesquisa para os testes de hipóteses, que cumprem os objetivos de investigar como os eleitores com perfil majoritário concebem a democracia, especialmente no que diz respeito aos componentes republicanos e liberais do regime (O'Donnell, 1998), além de analisar os correlatos atitudinais e comportamentais desses eleitores, como suas preferências eleitorais, níveis de confiança nas instituições democráticas, e disposição para apoiar a concentração de poder no executivo. Por fim, discutiremos os achados da pesquisa, apontando para os principais pontos de contribuição para a literatura e as limitações do campo.

2 PERFIL MAJORITÁRIO

Todo e qualquer arranjo constitucional recorre, em última análise, a alguma forma de tomada de decisão baseada em procedimentos específicos (Grigoriadis, 2018; Lipjhart, 2003). O majoritarianismo e o consensualismo se apresentam, nessa discussão, como modelos possíveis de institucionalização da democracia (Férrin & Hernández, 2021). Ambos perpassam uma noção mínima de democracia enquanto arranjo constitucional para chegar a decisões por meio do voto em eleições livres (Dahl, 2005; Schumpeter, 2017), mas enquanto formas

institucionais de realização procedimental da “vontade do povo”, diferem substancialmente em sua organização. Por um lado, sistemas consensuais legitimam suas decisões por meio da troca e do compromisso com direitos das minorias. Por outro lado, sistemas majoritários legitimam suas decisões no reflexo da vontade e escolha simples da maioria (Grigoriadis, 2018; Ferrín & Hernández, 2021).

Com consecutivas ondas de democratização ocorrendo ao longo do século XX e começo do XXI, e instaurando democracias ao longo do globo, o debate sobre proponentes do majoritarianismo e do consensualismo se intensificaram em pesquisas, tanto empíricas como normativas (Lijphart, 2003; Linz, 1994; Ferrín & Hernández, 2021). Não nos cabe aqui revisar todo o debate teórico sobre modelos de democracia, senão uma definição de majoritarismo. Nesse sentido, uma definição funcional do modelo pode ser dada em seu sentido mais amplo enquanto qualquer componente de um sistema constitucional no qual aqueles com poder de decisão final têm voz ou voto igual na resolução de disputas (Allan, 2017). Assim, o termo descreve não um bem substantivo, mas sim um tipo de procedimento para tomar decisões, em que cada pessoa conta igualmente, e o vencedor ou a emenda aprovada é resultado da soma de votos iguais, prevalecendo a decisão da maioria.

O argumento majoritarista recai, inevitavelmente, na discussão sobre vontade popular, inerente ao próprio conceito de democracia enquanto governo do povo. E como tal, existe uma inevitável tensão entre o ideal de democracia e os procedimentos práticos de um governo da maioria (Gutmann, 1995). O ideal democrático, por um lado, requer resultados tais como preferências políticas não manipuladas, igualdade formal, cidadania, eleições livres e divisão dos poderes; em resumo, requer princípios pluralistas para se manter (Dahl, 2005). Por outro lado, se a vontade da maioria se manifesta em oposição aos princípios idealizados de um governo do povo, os procedimentos democráticos podem não refletir esse ideal. Nesse sentido, a própria vontade popular entra em conflito com o arranjo constitucional idealizado (Gutmann, 1995).

Essa tensão se torna particularmente evidente quando analisamos o antagonismo do majoritarismo em relação aos princípios pluralistas que sustentam a democracia liberal (Dahl, 2005; O'Donnell, 1998). Um sistema majoritário cuja legitimidade é fundamentada na vontade da maioria manifestada em votos e escolhas procedimentais não dá espaço para a proteção de direitos fundamentais e participação efetiva de grupos minoritários no processo político. Isso porque o pluralismo faz da democracia mais do que um regime de decisão, mas um arranjo para

assegurar a coexistência de interesses plurais e o respeito aos direitos de cada cidadão (Dahl, 1996; Dahl, 2005).

Ademais, o majoritarismo frequentemente implica um entendimento estrito e reducionista da soberania popular, no qual a maioria pode impor sua vontade sem restrições institucionais robustas (Grossman et al., 2021; Gutmann, 1995). Esse entendimento pode levar a situações em que o argumento da maioria é usado como justificativa para ignorar ou mesmo restringir direitos e liberdades fundamentais, enfraquecendo pilares como a separação de poderes e o Estado de Direito (Dahl, 2005; Mounk, 2018; Levitsky & Ziblatt, 2018). Alguns estudos identificaram a presença prevalente de elementos majoritaristas como indicação de baixo desempenho institucional, particularmente em novas democracias ou regimes que passaram por instabilidades e retrocessos em sua história recente (Grigoriadis, 2018; Lijphart, 2003).

A particularidade do majoritarismo traduzido em um perfil de eleitor reside no pressuposto de que o incumbente eleito democraticamente através de uma eleição livre e justa resguarda consigo o poder de decisão (Grossman et al., 2021). O eleitor majoritário se sente parte da maioria, ele age como se fosse a maioria. Por conseguinte, atitudes de pessoas resguardando um perfil de eleitor majoritário podem tender à legitimação da ampliação do poder executivo na esfera política. Desse modo, o perfil majoritário pode ser entendido como um limiar entre democracia e autoritarismo, exercendo significativa influência decisória em cenários polarizados. Essa explicação ganha relevância no contexto político atual do Brasil, especialmente a partir de 2018, quando a vitória de Jair Messias Bolsonaro nas eleições presidenciais foi seguida por um aumento nos níveis de apoio à democracia no país (Borba et al., 2023).

O argumento central da pesquisa é que uma grande parcela da população brasileira possui um perfil eleitoral majoritário, ou seja, concede poderes excessivos ao líder eleito democraticamente sob a premissa de que governos eleitos pela maioria devem governar, mesmo que isso enfraqueça as instituições democráticas e restrinja os direitos das minorias (Grossman et al., 2021), violando o princípio pluralista do regime (Dahl, 1996; Dahl 2005). Portanto, a presença de um perfil majoritário no eleitorado pode ajudar a elucidar o paradoxo do retrocesso democrático observado no país. Nesse sentido, uma primeira hipótese para a pesquisa pode ser a seguinte:

H1. Uma significativa parcela do eleitorado brasileiro possui um perfil majoritário de democracia, marcado principalmente pela defesa da vontade da maioria como fonte de autoridade.

Para esse perfil de eleitor, a vontade da maioria, amparada pelos elementos legais da democracia, se sobrepõe ao direito das minorias e à *accountability* horizontal (Ferrín & Herández, 2021; O'Donnell, 1998). Essa visão de democracia sustentada por eleitores majoritários, contrasta com a de eleitores autoritários e militantes (Grossman et al., 2021). Enquanto os autoritários rejeitam a democracia ou seus princípios em si e os militantes subordinam a democracia a interesses políticos particulares, os majoritários veem a concentração de poder na figura do líder eleito como compatível com a democracia. Isso ocorre, de acordo com o argumento de Grossman et al. (2021), pois para os majoritários, democracia não é sinônimo de democracia *liberal*. É um perfil de eleitor que enxerga o componente liberal da democracia como antagonico aos interesses da maioria.

Nesse contexto, a obra de O'Donnell (1998), pode servir como complemento explicativo do perfil majoritário. De acordo com o autor, existem três elementos que compõe as poliarquias modernas: o componente *liberal*, o *republicano* e o *democrático*. O componente liberal prevê a garantia de direitos individuais que nenhum poder pode revogar. O componente republicano incorpora a ideia de que o desempenho de funções públicas é tarefa nobre e exige a sujeição total ao interesse público, além de exigir sujeição total à lei. Existe um contraste entre o componente liberal e o republicano (O'Donnell, 1998). O liberalismo versa para a proteção de liberdades individuais na esfera privada, enquanto o republicanismo versa para o dever público enquanto virtude da política. O componente democrático, por fim, ignora as distinções das esferas públicas e privadas em virtude do direito irrestrito de decisão que o *demos* tem sobre qualquer assunto que julgar adequado (O'Donnell, 1998).

A democracia nesse sentido estrito de um componente dos regimes poliárquicos não compartilha da visão dicotômica de público (republicanismo) e privado (liberalismo). O procedimento mais característico da democracia, a alternância de poder, pressupõe uma igualdade dos cidadãos pelo menos em seus direitos políticos (Dahl, 2005; O'Donnell, 1998). Da mesma forma, a democracia não compartilha da ideia de direitos privados ou individuais que de alguma forma tolham a capacidade e o alcance das decisões do *demos* (Gutmann, 1995; O'Donnell, 1998).

Essa “incompatibilidade” entre o liberalismo e a democracia pode ser entendida como uma desarmonia da democracia (Gutmann, 1995). Ambos na qualidade de doutrinas políticas, têm seus valores dominantes quase opostos entre si. Enquanto o componente democrático orienta-se pelo *demos*, entendido como a maioria da população, o liberalismo defende a garantia de condições políticas necessárias para o exercício da liberdade individual (Gutmann, 1995; O’Donnell, 1998). O liberalismo impede que as escolhas coletivas atrapalhem a liberdade individual. A democracia legitima a ideia de que as escolhas refletem a vontade popular.

Apesar dessas diferenças, as poliarquias são sínteses complexas dos três componentes, e a dinâmica desse regime é dada pela tensão gerada entre as incompatibilidades parciais desses componentes (O’Donnell, 1998). É o que ocorre na democracia liberal, entendida como um regime onde as liberdades individuais irredutíveis apoiam as condições necessárias para um governo da maioria (Gutmann, 1995). No entanto, em cenários onde as liberdades pessoais conflitam com a vontade da maioria, o liberalismo e a democracia passam a divergir em seus resultados (Gutmann, 1995). É nesse ponto específico que a democracia recorre à comunidade como fonte de autoridade para determinar se e como a liberdade pessoal será regulada pela maioria.

Os eleitores majoritários exemplificam esse momento de ruptura de forma aguda. Sua visão de democracia, como foi dito acima, não é sinônimo de democracia liberal (Grossman et al., 2021). Para eles, a legitimidade democrática não depende da preservação dos direitos individuais ou da accountability horizontal, mas sim da autorização popular obtida em eleições livres e justas.

Decorre desse fato que pessoas simpatizantes à visão majoritária não entendem subversões de poder pelas mãos de incumbentes como antidemocráticas. Elas acreditam que, uma vez eleito, o incumbente detém plena autoridade para tomar decisões em nome da maioria, mesmo que isso implique a violação de direitos de minorias ou enfraqueça instituições democráticas (Albertus & Grossman, 2021; Grossman et al., 2021). Por isso, pessoas que aderem à visão majoritária não entendem subversões de poder pelas mãos de incumbentes como antidemocráticas, pois para elas, uma vez eleito, o incumbente retém a autorização popular para tomar as decisões que lhe couber, mesmo que isso ataque os direitos das minorias (Albertus & Grossman, 2021; Grossman et al., 2021).

Nesse contexto, os majoritários não se consideram menos democráticos, nem apoiam menos os princípios e instituições fundamentais do regime. A sua visão de democracia entende que os direitos individuais que garantam o pluralismo do regime não podem se sobrepor à vontade da maioria. Essa perspectiva nos leva a segunda hipótese de pesquisa desse trabalho:

H2. Eleitores majoritários não são menos democráticos que os demais eleitores, considerando medidas de apoio explícito ao regime, bem como apoio aos componentes liberal, republicano e democrático.

Por apoio ao regime, considero sua forma atitudinal. Portanto, estou analisando uma disposição (atitude) dos majoritários em relação ao regime democrático (objeto). Na literatura, a mensuração do apoio à democracia varia entre estudos que investigam uma adesão explícita ao regime como forma preferida de governo, a percepção de legitimidade das instituições democráticas, e o apoio aos princípios fundamentais que sustentam o regime (Borba & Cardoso, 2021). Nesse sentido, esse trabalho analisa as atitudes dos eleitores majoritários em relação às instituições fundamentais, como a separação e autonomia dos poderes, a adesão do voto como método de escolha, o respeito às garantias de direitos individuais e coletivos e a valorização da participação política para além do momento eleitoral.

Indo além e analisando o comportamento desse eleitor, a particularidade do perfil majoritário reside na delegação excessiva de poder ao executivo, o que, por sua vez, abre espaço para uma tendência latente ao autoritarismo, manifestada através de seu comportamento eleitoral. Segundo Grossman et al. (2021, p. 2), “[...] os majoritários permitem a tomada de poder não apesar de seus ideais democráticos, mas por causa deles”. Destarte, em cenários políticos polarizados, como o do Brasil (Fuks & Marques, 2022), o comportamento dos eleitores majoritaristas pode ser observado pela escolha de voto em candidatos cujo discurso evidencie a primazia do executivo sobre outros poderes, ao mesmo tempo em que ataca instituições, contrapesos e minorias.

As últimas duas eleições presidenciais brasileiras (2018 e 2022), testemunharam a ascensão e consolidação do bolsonarismo enquanto fenômeno político da extrema direita (Samuels & Zucco, 2018; Kessler et al., 2024). Parte da adesão em massa do eleitorado brasileiro ao bolsonarismo pode ser atribuída ao movimento enquanto frente política antipetista (Samuels & Zucco, 2018). Nesse contexto, a explicação teórica volta para a questão da

polarização (Svolik, 2019), embora ela não ofereça uma compreensão completa sobre o fenômeno de retrocesso democrático no país (Grossman et al., 2021).

A literatura que explora a ideologia por trás do voto em Bolsonaro versa para um alinhamento entre a posição do candidato e as preferências dos eleitores (Samuels & Zucco, 2018, Rennó, 2020). Dessa forma, a presença de eleitores majoritários alinhados com o discurso de Bolsonaro pode ser um complemento explicativo para a crise democrática no país. Assim, a terceira hipótese de pesquisa sugere que:

H3. Existe uma associação entre voto em Bolsonaro e perfil majoritário, indicando que eleitores majoritários têm maior probabilidade de votar em candidatos com propensão a transgressões democráticas.

3 METODOLOGIA

Para testar as hipóteses da pesquisa, utilizo a base de dados da pesquisa “As Bases das Clivagens Políticas no Brasil”. Trata-se de um banco pós-eleitoral, conduzido entre 17 de janeiro e 14 de fevereiro de 2023. Esse levantamento investigou, entre outros aspectos, atitudes em relação à democracia majoritária e ao apoio à democracia entre brasileiros. Também investigou a relação de votos em Bolsonaro na eleição de 2022, oferecendo uma base empírica robusta para os propósitos desse trabalho.

As entrevistas foram realizadas via telefone, utilizando o Sistema CATI (*Computer Assisted Telephone Interview*), com uma amostra representativa de 1.500 eleitores brasileiros com 16 anos ou mais. O desenho amostral foi estruturado a partir de cotas que consideraram variáveis sociodemográficas como sexo, idade, nível de instrução (com base nos dados do TSE de 2022), renda (IBGE/PNAD 2015) e localidade (IBGE/Censo 2010). Este rigor metodológico assegura que a amostra reflita, com alta confiabilidade, a heterogeneidade da população brasileira, permitindo uma análise detalhada e generalizável das questões abordadas.

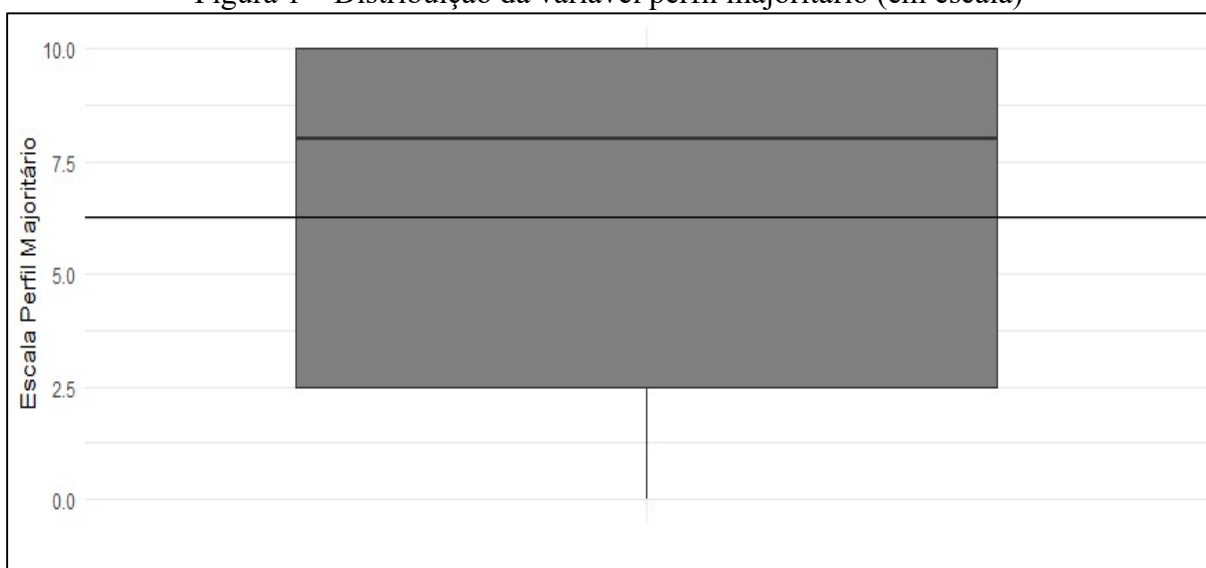
3.1 DADOS E VARIÁVEIS

Para a primeira hipótese (H1), a variável dependente – e também principal variável do trabalho – é o perfil majoritário de democracia dos cidadãos brasileiros e pode ser mensurado diretamente através de questões que capturem uma atitude majoritária de acordo com as características do perfil. Essa variável foi construída a partir da discussão teórica sobre

democracia majoritária e mais especificamente da operacionalização de um perfil majoritário como feito por Grossman et al. (2021).

A figura 1 apresenta um boxplot com a variável de escala do perfil majoritário. Ela apresenta valores que variam de 0 a 10, com uma mediana de 8 e uma média de aproximadamente 6,27, como mostra a linha preta cortando o gráfico no eixo X. O primeiro quartil foi marcado em 2,5, enquanto o terceiro quartil alcançou o valor de 10, condizendo com o valor máximo, o que reflete uma concentração incomum no extremo superior da distribuição. A variância foi calculada como 16,30, indicando uma grande dispersão em torno da média, enquanto o desvio padrão foi de 4,04, reforçando a amplitude da variação dos perfis. Do total de 1500 respondentes, 97 apresentaram valores ausentes para essa variável, resultando em 1403 casos válidos. Esse padrão sugere uma polarização significativa, com uma parcela expressiva de respondentes demonstrando atitudes fortemente alinhadas com o perfil majoritário.

Figura 1 – Distribuição da variável perfil majoritário (em escala)



Fonte: Elaborada pelo autor a partir da Base das Clivagens 2023

A variável majoritária foi recodificada então para que se tornasse binária, dividindo aqueles que são majoritários dos demais. Para a binarização, considerou-se majoritário apenas aqueles que responderam 10 na escala. Esse recorte foi resultado da distribuição das respostas à pergunta sobre vontade da maioria, presente na base Clivagens 2023¹. Como a hipótese 1 (H1) considera que uma parcela significativa do eleitorado brasileiro tem um perfil eleitoral majoritário, não estou interessado em saber sobre outros perfis, portanto, a binarização

¹ Todas as perguntas utilizadas, bem como as codificações e suas recodificações estão no apêndice A deste trabalho.

enquadra os eleitores em “majoritários” e “não majoritários”. É importante citar que ela será a variável dependente apenas na H1.

Na segunda hipótese (H2), as variáveis dependentes são variáveis atitudinais e dizem respeito ao apoio à democracia. No survey Clivagens 2023, há uma seção com 5 questões sobre disposições para com o regime democrático. Uma delas diz respeito ao apoio explícito, quando o eleitor responde abertamente que apoia o regime democrático independente das circunstâncias. As outras dizem respeito ao apoio a instituições fundamentais do regime, tais como a separação dos poderes, o voto como método de escolha, sujeição exata à lei e participação política para além do momento eleitoral. A categorização feita na H1 – majoritários e não majoritários – será utilizada aqui como variável independente para mensurar a diferença nos níveis de apoio democrático entre majoritários e não majoritários.

Na análise da H2, como o objetivo é comparar os níveis de apoio para demonstrar que não há diferença estatisticamente significativa entre majoritários e não majoritários, interessa apenas as respostas que apresentem apoio ao regime em cada uma das cinco questões. Nesse sentido, para a questão de apoio explícito, considero apenas as respostas “A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo”. Nas demais perguntas, que seguem uma estrutura de escala semelhante à questão usada para categorizar o perfil majoritário, sigo com os níveis mais altos da escala para as questões de participação política, voto e respeito às leis, sendo eles respostas 10 na escala. Para a questão de separação dos poderes, a escala se inverte, visto que a pergunta apresenta estrutura inversa às demais. Nesse sentido, o apoio ao princípio ocorre nos níveis mais baixos, utilizando então as respostas 0.

Por fim, na hipótese 3 (H3), sobre voto em Bolsonaro e perfil majoritário, a variável dependente torna-se voto e a independente segue sendo a categorização da H1. A variável de voto foi recodificada para que se tornasse binária, dividindo aqueles que votaram em Bolsonaro das demais opções eleitorais (sem levar em conta os brancos, nulos e abstenções). O survey Clivagens 2023 contém questões sobre os votos na eleição presidencial de 2022, separando os dois turnos. Para os fins desse trabalho, utilizo os votos em Bolsonaro no primeiro turno. Essa escolha se fundamenta no fato de que o voto no primeiro turno reflete, de maneira mais direta, as preferências positivas dos eleitores, dado que neste momento eles podem escolher entre todos os candidatos na disputa.

A hipótese 3 (H3) postula que eleitores com perfil majoritários são mais propensos a votar em líderes associados a transgressões democráticas. Nesse sentido, o foco da análise, amparado pela literatura mobilizada, recai exclusivamente sobre o candidato Jair Bolsonaro, de modo que os votos em outros candidatos não são relevantes para os fins deste estudo. Para operacionalizar essa análise, aplico um filtro para selecionar os respondentes que votaram em Bolsonaro e separá-los dos respondentes que não votaram. Dessa forma, a variável resultante isola os votos em Bolsonaro no primeiro turno, permitindo avaliar sua relação com o perfil majoritário.

Quadro 1 – Categorização das variáveis utilizadas nas análises

Variável	Categoria
Perfil Majoritário	Não Majoritário (ref.), Majoritário
Apoio Explícito	Não apoia (ref.), Apoia
Separação dos Poderes	Não apoia (ref.), Apoia
Favorável ao Voto	Não apoia (ref.), Apoia
Participação Política	Não apoia (ref.), Apoia
Sujeição Exata à Lei	Não apoia (ref.), Apoia
Voto em Bolsonaro	Outras opções (ref.), Bolsonaro
Faixa Etária	16 a 17 anos (ref.), 18 a 24 anos, 25 a 44 anos, 45 a 59 anos, 60 anos ou mais
Sexo	Homem (ref.), Mulher
Cor/Raça	Branco (ref.), Preto, Pardo, Outro
Escolaridade	Fundamental Incompleto (ref.), Fundamental Completo, Médio Incompleto, Médio Completo, Superior Incompleto, Superior completo
Faixa de Renda	Até 1 SM (ref.) Mais de 1 a 2 SM, Mais de 2 a 5 SM, Mais de 5 a 10 SM, Mais de 10 a 20 SM, Mais de 20 SM
Interesse por Política	Não Interessado (ref.), Interessado

Fonte: Elaborada pelo autor

3.2 PROCEDIMENTOS ANALÍTICOS

Com relação aos testes de hipótese, este trabalho emprega métodos estatísticos que permitem testar com robustez cada uma das hipóteses de pesquisa levantadas. A análise é dividida em três etapas, cada uma delas correspondendo a uma hipótese de pesquisa. Cada etapa aplica técnicas específicas para tratar as variáveis descritas na seção de dados.

A primeira etapa da análise, referente a Hipótese 1 (H1), busca identificar eleitores com perfil majoritário de democracia, conforme definido na revisão da literatura. Para isso, foram realizados uma análise estatística descritiva e um teste de diferença de proporções, com base na categorização binária realizada a partir da questão P55: “Em uma escala que vai de 0 a 10, onde 0 significa “discorda totalmente” e 10 “concorda totalmente”, até que ponto o(a) Sr(a) concorda que a vontade da maioria deveria sempre prevalecer, mesmo que prejudique os direitos das minorias?”, que faz referência à principal característica de um eleitor majoritário de acordo com a literatura sobre o tema. A categorização foi realizada com os respondentes que pontuaram 10 para a pergunta, ou seja, concordam totalmente.

Para operacionalizar a parcela “significativa”, definida na H1, utilizo no teste de diferença de proporções uma proporção teórica de 0.5 (50%). Essa proporção de 0.5 representa uma hipótese nula neutra, ou seja, que os grupos de majoritários e não majoritários são de tamanhos semelhantes. É útil do ponto de partida para avaliar se a proporção é estatisticamente maior ou menor do que esse valor neutro. Também é útil para avaliar se o perfil majoritário é mais ou menos prevalente do que uma proporção igualitária. Isso ajuda a demonstrar se a presença desse perfil é realmente significativa dentro do eleitorado. É importante notar que eu estou comparando os eleitores majoritários com todos outros eleitores agrupados em uma mesma categoria.

A segunda etapa da análise, referente à hipótese 2 (H2), tem como objetivo testar se os níveis de apoio diferem entre majoritários e não majoritários, considerando as variáveis de apoio explícito e apoio às instituições. Para isso, utilizo um modelo de regressão logística generalizada (GLM). As variáveis dependentes do modelo são as cinco variáveis de apoio: apoio explícito, separação dos poderes, voto como método de escolha, sujeição exata à lei e participação política. As variáveis independentes são o perfil de eleitor construído na H1. Como variáveis de controle, utilizo as características censitárias dos respondentes: faixa etária, gênero, etnia, nível de escolaridade e faixa de renda; utilizo também a variável de interesse político.

O modelo de regressão generalizada (GLM) utilizado na análise da H2 tem como categorias de referência das variáveis dependentes o “Não Apoio”, o que permite observar as diferenças de apoio entre os perfis, quando observados em relação aos eleitores que não apoiam a democracia em cada componente. O modelo estima então como o perfil eleitoral modifica a probabilidade de apoio, em comparação com o “Não Apoio”. Os coeficientes estimados

representam a mudança na razão de chances (odds ratio) de apoiar a democracia em decorrência do seu perfil, controlado por variáveis sociodemográficas e de interesse político.

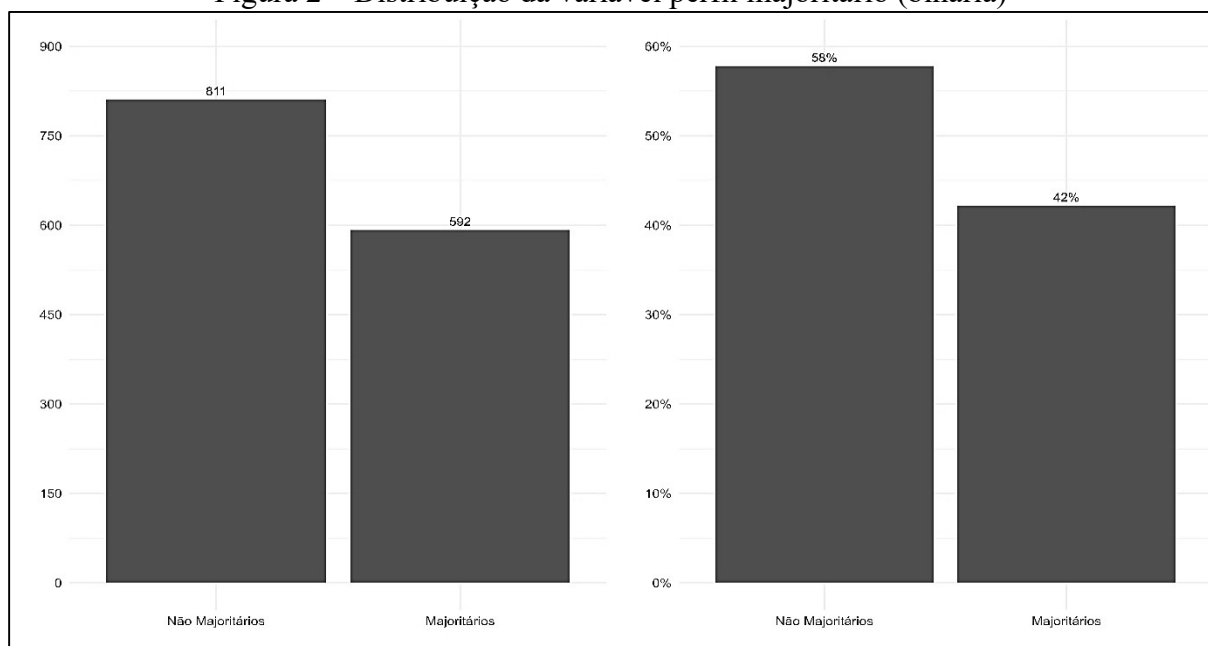
Para testar a hipótese 3 (H3), de que existe uma associação entre o voto em Bolsonaro e o perfil majoritário, foi realizada uma regressão logística binária (GLM com função logit). A variável dependente é o voto em Bolsonaro no primeiro turno das eleições de 2022. A variável independente é o perfil de eleitor construído na H1. Realizo também uma análise dos coeficientes estimados para avaliar a magnitude e a significância da associação entre o perfil majoritário e o voto em Bolsonaro. Como variáveis de controle, utilizo as mesmas variáveis censitárias utilizadas no teste da H2.

A escolha de um modelo de regressão logística com função logit permite estimar a probabilidade de um evento ocorrer em função de variáveis independentes. Essa técnica utiliza os coeficientes estimados (β) para calcular as razões de chance (odds.ratio), obtidas pela exponenciação do coeficiente estimado, que indicam a mudança proporcional nas chances de votar em Bolsonaro associada a variável do modelo, nesse caso, o perfil majoritário. O modelo também permite uma comparação entre a chance de votar em Bolsonaro sendo majoritário e não sendo majoritário, bem como a porcentagem dessa probabilidade. Além disso, o modelo controla por variáveis de controle – variáveis sociodemográficas e de interesse político –, permitindo isolar o efeito do perfil majoritário e interpretar de maneira clara os resultados estatisticamente significativos ($p < 0.05$) de forma confiável.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise estatística descritiva do perfil majoritário revelou, conforme mostra na figura 1, que aproximadamente 42% dos respondentes ($n = 592$) da amostra adotam esse perfil eleitoral, definindo-se como indivíduos que acreditam que a vontade da maioria deve sempre prevalecer, mesmo que isso prejudique os direitos das minorias, o que sugere presença significativa dos majoritários no eleitorado brasileiro. A análise revelou também 58% dos respondentes ($n = 811$) não apresentam esse perfil. Esses resultados conversam com o argumento de Grossman et al. (2021) para o cenário estadunidense e atualiza a sua hipótese da grande presença de majoritários também para o cenário brasileiro.

Figura 2 – Distribuição da variável perfil majoritário (binária)

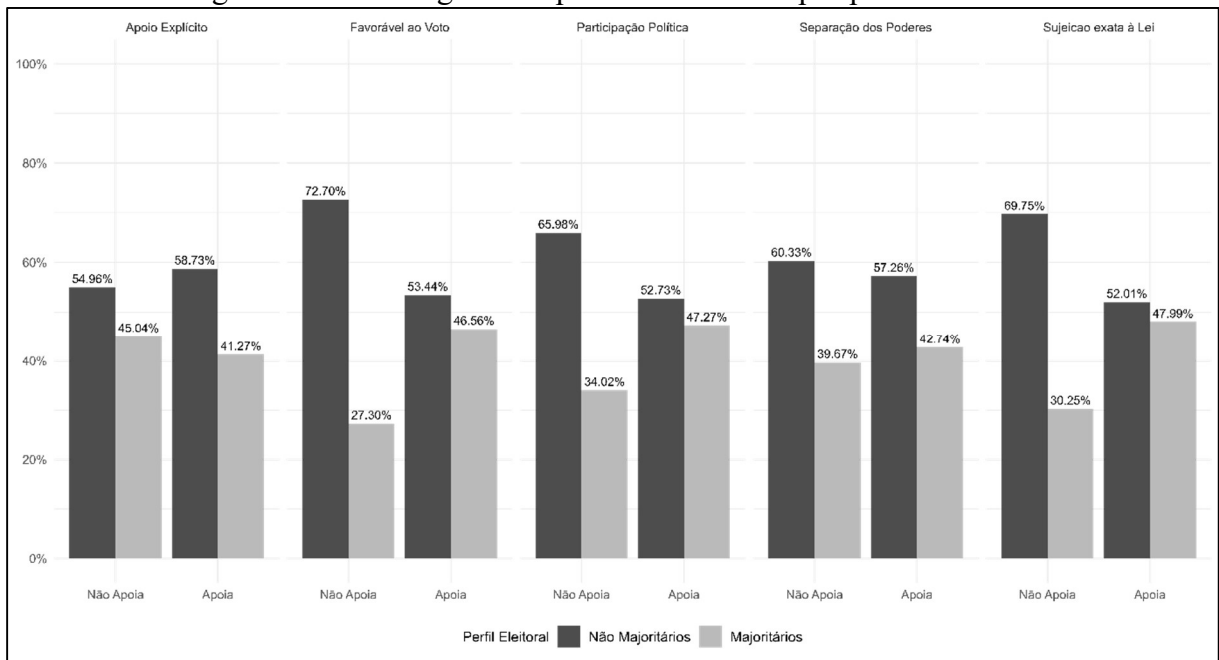


Fonte: elaborada pelo autor a partir da Base das Clivagens 2023

Observa-se que os majoritários nesse contexto estão contrastados com o restante da população, agrupada em uma única categoria simples de “outros”, sem enquadramentos em diferentes perfis. Para avaliar a significância estatística dessa proporção, foi realizado um teste de diferença de proporção. O teste indicou que a proporção observada de majoritários (42,2%) é significativamente diferente de 50%, com um valor de p extremamente baixo ($p\text{-value} < 0,05$). Com um intervalo de confiança de 95%, a proporção de majoritários deve estar entre o intervalo de 39,6% a 44,8%, com uma hipótese nula de que os majoritários são 50%, representando uma proporção teórica. Assim, os resultados corroboram parcialmente a Hipótese 1 (H1), indicando que uma parte significativa do eleitorado se alinha com o perfil majoritário, mas não em uma proporção tão elevada quanto 50%, como sugerido pela hipótese nula.

Para observar as atitudes de apoio à democracia do perfil majoritário e compará-lo com os não majoritários, a figura 3 apresenta as porcentagens de apoio de cada uma das cinco variáveis dependentes, divididas pelo perfil eleitoral. A figura separa para cada um dos cinco componentes, os níveis de não apoio e apoio. A interpretação da figura deve ser feita como um preditor da significância estatística do modelo de regressão apresentado na tabela 2. Destarte, a análise da figura busca revelar as diferenças nos níveis de apoio quando comparamos com os níveis de não apoio. Dessa forma, a análise que deve ser feita é sobre o crescimento ou declínio nos níveis de apoio em cada perfil. Em primeiro momento, os níveis de apoio democrático dos majoritários crescem em quatro dos cinco componentes.

Figura 3 – Porcentagens de apoio à democracia por perfil eleitoral



Fonte: elaborada pelo autor a partir da Base das Clivagens 2023

Os resultados do modelo de regressão, apresentados na tabela 2, rejeitam parcialmente a hipótese 2 (H2). O modelo confirma significância estatística na diferença de apoio de 3 dos cinco componentes. A análise dos coeficientes sugere que os majoritários apresentam um forte apoio ao voto como método, à participação política e a sujeição exata à lei, onde os coeficientes positivos e significativos ($p < 0.001$) indicam um aumento na probabilidade de apoiar essas dimensões aderindo a um perfil majoritário de democracia. Em contrapartida, as variáveis de apoio explícito e separação dos poderes não apresentaram significância estatística ($p > 1$), indicando que não há aumentos na probabilidade de apoiar esses componentes sendo majoritário.

Ao observarmos a construção do perfil majoritário, a maior probabilidade de apoiar o voto como método dialoga com a principal característica desse perfil, que é dar amplos poderes ao líder executivo *eleito*. Contra intuitivamente, maior probabilidade de apoiar a participação política e a sujeição exata à lei não condizem com esse perfil.

Tabela 1 – Regressão logística: efeito do perfil eleitoral no apoio democrático

Variáveis	Apoio Explícito		Separação dos Poderes		Favorável ao Voto		Participação Política		Sujeição Exata à Lei	
	Coef. (B)	Std. Error	Coef. (B)	Std. Error	Coef. (B)	Std. Error	Coef. (B)	Std. Error	Coef. (B)	Std. Error
Intercepto	0.967	0.724	-0.396	0.606	-0.114	0.622	0.671	0.727	-0.611	0.592
Majoritários	-0.190	0.144	0.154	0.121	0.904***	0.143	0.576**	0.128	0.821**	0.129
18 a 24 anos	0.140	0.708	0.188	0.589	0.218	0.594	-1.123	0.713	0.649	0.566

25 a 44 anos	-0.183	0.683	-0.050	0.57	0.265	0.575	-1.137	0.698	0.525	0.546
45 a 59 anos	-0.228	0.691	-0.070	0.577	0.441	0.584	- 1.303.	0.704	0.498	0.554
60 anos ou mais	0.235	0.698	-0.034	0.58	0.621	0.59	- 1.774*	0.706	0.694	0.559
Mulher	-0.034	0.145	0.255*	0.122	0.361 **	0.136	- 0.308*	0.126	0.503* **	0.126
Pretos	-0.323	0.216	0.489*	0.193	0.047	0.204	0.361.	0.198	0.469*	0.197
Pardos	-0.213	0.161	0.298*	0.134	0.160	0.152	- 0.279*	0.140	0.273*	0.138
Outros	-0.496	0.319	-0.149	0.273	-0.281	0.304	0.044	0.293	0.818*	0.335
Fundamental Completo	-0.381	0.252	-0.004	0.216	- 0.406.	0.243	-0.122	0.221	- 0.502*	0.241
Médio Incompleto	-0.279	0.483	0.340	0.416	0.278	0.511	-0.271	0.417	-0.606	0.446
Médio Completo	0.061	0.314	0.125	0.264	-0.117	0.303	0.428	0.269	0.993* **	0.295
Superior Incompleto	0.489	0.744	0.634	0.541	0.979	0.834	1.636*	0.714	- 1.222*	0.534
Superior Completo	0.274	0.46	0.710.	0.374	- 0.745.	0.422	1.490* **	0.415	-0.633	0.395
Mais de 1 a 2 SM	0.454 *	0.219	0.310	0.198	0.499 *	0.215	0.402*	0.201	0.526*	0.210
Mais de 2 a 5 SM	0.378	0.287	0.233	0.252	0.316	0.28	0.125	0.255	0.787* *	0.270
Mais de 5 a 10 SM	0.508	0.402	-0.158	0.333	0.662.	0.387	0.368	0.348	0.444	0.346
Mais de 10 a 20 SM	0.774	0.585	0.313	0.453	1.225 *	0.507	-0.280	0.490	1.123*	0.466
Mais de 20 SM	0.132	0.71	0.185	0.595	0.819	0.655	1.464	1.104	1.151.	0.634
Interessado em Política	0.695 ***	0.146	0.590** *	0.123	0.344 *	0.138	1.038* **	0.127	0.382* *	0.128

Nota: Códigos de significância: 0 '****' 0.001 '***' 0.01 '**' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da Base das Clivagens 2023

A análise da H2 leva a discussão do majoritarismo para dois caminhos. Por um lado, a maior probabilidade de apoiar a participação política e a sujeição exata à lei sugerem que o perfil seja mais complexo do que o referencial teórico construído por Grossman et al. (2021), pelo menos para o caso brasileiro. Por outro lado, o próprio entendimento do que é participação política e sujeição exata às leis pode estar subjugado, para os majoritários, ao entendimento de pertencimento de uma maioria, e que enquanto parte dessa maioria, a participação na política esteja garantida somente para os pertencentes, e a sujeição à lei seja para outras autoridades em relação aos líderes executivos eleitos. A participação política, nesse contexto, pode ser entendida então enquanto um componente contextual, cujo conteúdo é atribuído de acordo com a visão própria de cada indivíduo.

Observado o aspecto atitudinal do perfil majoritário, resta agora investigar o seu comportamento eleitoral, faceta desse perfil que apresenta tendências a legitimar o ganho de

poder do executivo através de comportamento autoritários. Para isso, a tabela 2 apresenta uma regressão logística para voto em Bolsonaro por meio do majoritarismo.

Analizando a relação entre perfil majoritário e voto em Bolsonaro, os resultados da tabela 3 corroboram a terceira hipótese (H3). O modelo de regressão logística confirma uma associação significativa entre o perfil majoritário e o voto em Bolsonaro. O perfil majoritário se destacou como um preditor do voto em Bolsonaro, com um coeficiente positivo e altamente significativo ($p < 0.001$) indicando que eleitores alinhados a esse perfil têm maior probabilidade de apoiar líderes com tendências autoritárias. Em termos de odds ratio, o perfil majoritário aumenta em 61% ($e^{0.47347} = 1.61$) as chances de votar em Bolsonaro quando comparado com não majoritários, controlando por outras variáveis.

Tabela 2 – Regressão logística: associação do perfil majoritário com o voto em Bolsonaro

Variáveis	Coef. (B)	Std. Error	z value	p value
Intercepto	-1.06667	0.85465	-1.248	0.212003
Majoritários	0.47347	0.13158	3.598	0.000320 ***
Idade: 18 a 24 anos	0.72103	0.83052	0.868	0.385300
Idade: 25 a 44 anos	1.04136	0.81420	1.279	0.200899
Idade: 45 a 59 anos	0.78946	0.82048	0.962	0.335950
Idade: 60 anos ou mais	0.49634	0.82458	0.602	0.547216
Sexo: Mulher	-0.50301	0.13301	-3.782	0.000156 ***
Cor: Preto	-0.93755	0.21110	-4.441	8.95e-06 ***
Cor: Pardo	-0.44119	0.14684	-3.005	0.002659 **
Cor: Outro	-0.69186	0.32648	-2.119	0.034077 *
Escolaridade: Fundamental Completo	-0.37393	0.26130	-1.431	0.152418
Escolaridade: Médio Incompleto	0.03412	0.47932	0.071	0.943250
Escolaridade: Médio Completo	0.09991	0.30803	0.324	0.745675
Escolaridade: Superior Incompleto	-0.11989	0.56821	-0.211	0.832885
Escolaridade: Superior Completo	0.07440	0.42659	0.174	0.861542
Renda: Mais de 1 a 2 SM	0.49518	0.23997	2.064	0.039065 *
Renda: Mais de 2 a 5 SM	0.15423	0.29562	0.522	0.601867
Renda: Mais de 5 a 10 SM	0.49601	0.37464	1.324	0.185520
Renda: Mais de 10 a 20 SM	-0.78499	0.49560	-1.584	0.113209
Renda: Mais de 20 SM	0.52933	0.60122	0.880	0.378628
Interesse em Política: Interessado	0.19703	0.13721	1.436	0.151012

Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Null deviance: 1493.1 on 1093 degrees of freedom

Residual Deviance: 1392.1 on 1073 degrees of freedom

(406 observations deleted due to missingness)

AIC: 1431.1

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da Base das Clivagens 2023

A associação entre voto em Bolsonaro e perfil majoritário, portanto, pode ser interpretada como parte do movimento de centralização do poder no executivo, visto que o candidato, em sua retórica, prioriza o executivo sobre outros poderes e adota uma postura de ataque às instituições, à democracia e às minorias (Rennó, 2020). Essa característica é particularmente evidente no cenário polarizado das últimas eleições presidenciais, como destacado por Fuks & Marques (2022), em que o bolsonarismo ganhou força ao se posicionar como uma alternativa contra o establishment político e a esquerda, especialmente o Partido dos Trabalhadores (PT).

Como teste de robustez, realizei a mesma regressão, mas com a variável de votos para o candidato Lula. A tabela 4 apresenta os resultados, indicando que o coeficiente para a variável de perfil majoritário é negativo (-0.44919), e a associação é altamente significativa ($p < 0.001$). Isso indica que, ao controlar pelas variáveis sociodemográficas, os eleitores com um perfil majoritário têm menor probabilidade de votar no candidato. A odds ratio associada a essa variável sugere que majoritários têm 36,2% menos chance de votar no candidato do que os não majoritários ($e^{-0.44919} = 0.638$).

Tabela 3 – Teste de Robustez: associação do perfil majoritário com o voto em Lula

Variáveis	Coef. (B)	Std. Error	z value	p value
Intercepto	0.44104	0.75939	0.581	0.561384
Majoritários	-0.44919	0.13175	-3.410	0.000651***
Idade: 18 a 24 anos	-0.45370	0.73398	-0.618	0.536490
Idade: 25 a 44 anos	-0.80207	0.71695	-1.119	0.263256
Idade: 45 a 59 anos	-0.61345	0.72367	-0.848	0.396612
Idade: 60 anos ou mais	-0.38655	0.72717	-0.532	0.595020
Sexo: Mulher	0.45880	0.13212	3.473	0.000515***
Cor: Preto	1.01683	0.20271	5.016	5.27e-07***
Cor: Pardo	0.40288	0.14632	2.753	0.005898**
Cor: Outro	0.06959	0.31867	0.218	0.827143
Escolaridade: Fundamental Completo	0.26982	0.24934	1.082	0.279179
Escolaridade: Médio Incompleto	-0.03659	0.47397	-0.077	0.938461
Escolaridade: Médio Completo	-0.26211	0.29997	-0.874	0.382240
Escolaridade: Superior Incompleto	0.26078	0.56619	0.461	0.645099
Escolaridade: Superior Completo	-0.39946	0.43685	-0.914	0.360498
Renda: Mais de 1 a 2 SM	-0.43037	0.22689	-1.897	0.057847.
Renda: Mais de 2 a 5 SM	-0.01013	0.28440	-0.036	0.971582
Renda: Mais de 5 a 10 SM	-0.60354	0.37436	-1.612	0.106917
Renda: Mais de 10 a 20 SM	0.32267	0.48916	0.660	0.509490
Renda: Mais de 20 SM	-0.49859	0.64069	-0.778	0.436447
Interesse em Política: Interessado	-0.11008	0.13598	-0.810	0.418189

Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Null deviance: 1507.1 on 1093 degrees of freedom
Residual deviance: 1402.9 on 107 degrees of freedom
(406 observations deleted due to missingness)
AIC: 1444.9

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da Base das Clivagens 2023

O efeito negativo do perfil majoritário sobre o voto em Lula reforça a ideia de que eleitores majoritários tendem a apoiar candidatos com inclinações autoritárias. Esses resultados sugerem que a associação entre perfil majoritário e voto é, de fato, mais forte em candidatos como Bolsonaro, com discursos autoritários e a retórica contra instituições democráticas ressoando entre os eleitores majoritários.

5 CONCLUSÃO

Desde 2018, o contexto político brasileiro tem sido marcado pela crescente polarização e apoio a líderes com tendências autoritárias. A literatura que aborda esse tema tem debatido diferentes explicações para o fenômeno. Esse cenário soma-se a um cenário mais amplo de retrocessos democráticos e a sua relação com a incapacidade punitiva dos cidadãos. Uma explicação recente, que visa complementar a polarização afetiva como condicionante da incapacidade em punir líderes transgressores por meio da presença de um perfil eleitoral majoritário têm ganhado corpo teórico em análises de opinião pública (Albertus & Grossman, 2021; Grossman et al., 2021; Wunsch et al., 2023). Entretanto, ainda não se havia analisado o caso brasileiro por meio da presença desse perfil no eleitorado. Até então, o foco eram outros perfis eleitorais consolidados na literatura, como o liberal, o autoritário e o social democrata.

O presente trabalho buscou contribuir para o debate sobre perfis eleitorais, adicionando o perfil majoritário na equação. A análise do perfil majoritário no eleitorado brasileiro utilizou dados inéditos de uma pesquisa de opinião pública realizada na Universidade Federal de Santa Catarina, intitulada “As Bases das Clivagens Políticas no Brasil”, com dados que mensuram diretamente a adesão a um perfil eleitoral com base na construção teórica sobre o tema.

Aproximadamente 42% dos respondentes se identificam com um perfil majoritário, acreditando que a vontade da maioria deve sempre prevalecer, mesmo em detrimento dos direitos das minorias. Esse achado reforça a hipótese de uma crescente presença do perfil majoritário dentro do eleitorado, mas também sublinha que a proporção de majoritários é ligeiramente inferior à metade da população.

Encontramos também que o perfil majoritário tende a mostrar atitudes de apoio a práticas democráticas como o voto, a participação política e a sujeição exata à lei. Esses achados rejeitam parcialmente a hipótese de que os majoritários não são menos democráticos que os demais eleitores, o que se mostrou verdade somente para o apoio explícito ao regime e à separação dos poderes. Isso sugere que há uma complexidade ainda não explorada por trás do perfil majoritário, pois suas características deveriam pender para baixos níveis de apoio à separação dos poderes, à participação política e à sujeição exata à lei. Com base na teoria construída, esperava-se que os majoritários rejeitassem a separação dos poderes, e embora eles apoiem menos do que os não majoritários em números absolutos, isso não reflete em significância estatística nas probabilidades de apoiarem menos esse componente.

Em relação ao comportamento eleitoral do perfil majoritário, os resultados são mais condizentes com as hipóteses de pesquisa e as características do perfil. Os testes evidenciaram grande probabilidade de votar em Bolsonaro sendo majoritário, mostrando a tendência desse perfil em eleger líderes com tendências e discursos autoritários. A associação corrobora a hipótese de que o comportamento majoritário tende à legitimação de práticas políticas ligadas ao fortalecimento do poder executivo e à oposição aos direitos das minorias. Como teste de robustez, o estudo também revelou que eleitores majoritários não estão associados a Lula, possuindo menor probabilidade de votar em um candidato que defende princípios pluralistas.

É importante destacar, que dado o comportamento eleitoral dos majoritários e sua afiliação ao bolsonarismo, o componente de participação transforma-se em um indicador contextual de apoio. Chego a essa conclusão porque a partir de 2018, o discurso bolsonarista versou para a importância da participação. Nesse sentido, quando observado em isolado, o componente atitudinal da participação pode também refletir o alinhamento a um discurso. É claro, isso são hipóteses iniciais, que abrem portas para outros estudos.

O estudo reforça a ideia de que o perfil majoritário está presente de forma significativa no eleitorado brasileiro, mas aponta para a necessidade de análises mais complexas sobre as atitudes desse perfil. Estudos futuros precisarão refinar as técnicas estatísticas e as perguntas em Surveys, pretendendo captar as nuances desse perfil em relação ao seu apoio democrático. A pesquisa contribuiu para a compreensão das dinâmicas eleitorais brasileiras, especialmente no contexto de polarização e crescimento do apoio a líderes com tendência autoritária, em paralelo ao cenário de retrocesso democrático presente no contexto político.

REFERÊNCIAS

- ALBERTUS, M.; GROSSMAN, G. The Americas: when do voters support power grabs? **Journal Of Democracy**, [S.L.], v. 32, n. 2, p. 116-131, 2021.
- ALLAN, J. Majoritarianism. **Bond Law Review**, [S.L.], v. 29, n. 3, p. 1-10, 2017.
- BORBA, J. et al. Views of democracy among brazilians: evolution and determinant factors. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 38, n. 111, p. 1-20, 2023.
- BORBA, J.; CARDOSO, G. R. Legitimidade democrática e apoio político: inovações recentes no debate internacional. **Opinião Pública**, Campinas, v. 27, n. 2, p. 333-359, mai./ago. 2021.
- BRYAN, J. D. What kind of democracy do we all support? How partisan interest impacts a citizen's conceptualization of democracy. **Comparative Political Studies**. [S.L.], v. 56, n. 10, p. 1597-1627, 16 jan. 2023.
- CHAPMAN, H. S. et al. Under the veil of democracy: what do people mean when they say they support democracy? **Perspectives on Politics**, [S.L.], v. 22, n. 1, p. 97-115, 2024.
- CLAASEN C.; MAGALHÃES, P. C. Public support for Democracy in United States has declined generationally. **Public Opinion Quarterly**, [S. L.], v. 87, n. 3, p. 719-732, 2023.
- COLLIER, D.; LEVITSKY, S. Democracy with adjectives: conceptual inovation in comparative research. **World Politics**, [S.L.]: Cambridge University Press, v. 49, n. 3, p. 430-451, abr. 1997.
- DAHL, R. **Um prefácio a teoria democracia**. 2. ed. São Paulo: Zahar, 1996
- DAHL, R. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: Edusp, 2005 [1971].
- DAVIS, N. T. et al. **Democracy's meanings**: how the public understands democracy and why it matters. University of Michigan Press, 2022.
- DIAMOND, Larry. Facing up to the democratic recession. **Journal of Democracy**, [S.L.], v. 26, p. 141-155, 2015.
- FERRÍN, M.; HERNÁNDEZ, E. Preferences for consensus and majoritarian democracy: long- and short-term influences. **European Political Science Review**, [S.L.], v. 13, n. 2, p. 209-225, 18 fev. 2021. Cambridge University Press (CUP).
- FERRÍN, M.; KRIESI, H. (orgs.). **How Europeans view and evaluate democracy**. New York: Oxford University Press, 2016.
- FOA, R. S.; YASCHA M. The Democratic disconnect. **Journal of Democracy**, [S.L.], v. 27, n. 3, p. 6-17, 2016.
- FRANKENBERG, G.; HEITMEYER, W. (ed.). **Drivers of Authoritarianism**: paths and developments at the beginning of the 21st century. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2024.

FUKS, M. et al. Qualificando a adesão à democracia: quão democráticos são os democratas brasileiros? **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 19, p. 199-219, jan./abr. 2016.

FUKS, M. et al. Socialization and political regimes: the impact of generation on support for democracy in Latin America. **Brazilian Political Science Review** [S.L.], v. 12, n. 1, p. 1-22, 2018.

FUKS, M.; MARQUES, P. H. Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil. **Opinião Pública**, v. 28, n. 3, p. 560-593, 2022.

GRAHAM, M. H.; SVOLIK, M. W. Democracy in America? Partisanship, Polarization, and the Robustness of Support for Democracy in the United States. **American Political Science Review**, [S.L.], v. 114, n. 2, p. 392-409, 23 abr. 2020.

GRIGORIADIS, I. **Democratic transition and the rise of populist majoritarianism**. Constitutional reform in Greece and Turkey. [S.L.]: Palgrave Macmillan, 2018.

GROSSMAN, G. et al. The majoritarian threat to liberal democracy. **Journal of Experimental Political Science**, [S.L.], v. 9, n. 1, p. 36-45, jan. 2021.

GUTMANN, A. A desarmonia da democracia. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [S.L.], n. 36, p. 5-37, 1995.

HAGGARD, S.; KAUFMAN, R. **Backsliding: Democratic regress in the contemporary world**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2021.

KESSLER, G. et al. The ideology of Bolsonaro voters. **Sociologia & Antropologia**, v. 14, p. 1-23, 2024.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. 1. ed. São Paulo: Zahar, 2018.

LIJPHART, A. Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LINZ, J. **The failure of presidential democracy**: The case of Latin America. [S.L.], 1994.

LÜHRMANN, A.; LINDBERG, S. I. A third wave of autocratization is here: what is new about it? **Democratization**, [S.L.], v. 26, n.7, p. 1095–1113, 2019.

MORENO, A.; LAGOS, M. Latin America: the modest dividend of growing up democratic. In: DENEMARK, D. et al. (orgs.) **Growing up demoratic**: does it make a difference? Colorado: Lynne Rienner Publishers, 2016.

MOUNK, Y. **The people vs. Democracy**: why our freedom is in Danger and how to save it. London: Harvard University Press, 2018.

O'DONNELL, G. Horizontal accountability in new Democracies. **Journal of Democracy**, [S.L.], v. 9, p. 112-126, 1998.

RENNÓ, L. R. The Bolsonaro voter: issue positions and vote choice in the 2018 brazilian presidential elections. **Latin American Politics and Society**, [S.L.], v. 62, p. 1-23, nov. 2020.

SAMUELS, D. J.; ZUCCO, C. **Partisans, antipartisans, and nonpartisans**: voting behavior in Brazil. [S.L.]: Cambridge University Press, 2018.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. São Paulo: ED. UNESP, 2017 [1943].

SVOLIK, M. W. Polarization versus democracy. **Journal of Democracy**, [S.L.], v. 30, n. 3, p. 20-32, jul. 2019.

WUNSCH, N. et al. The demand side of democratic backsliding: how divergent understandings of democracy shape political choice. **OSF Preprints**: [S.L.], p. 1-64, out. 2023. Disponível em: <https://osf.io/preprints/osf/c64gf>. Acesso em: 16 mar. 2024.

APÊNDICE A

Tabela 4 – Descrição das variáveis utilizadas nos modelos de regressão

Questão	Codificação	Recodificação
P55. Em uma escala que vai de 0 a 10, onde 0 significa “discorda totalmente” e 10 “concorda totalmente”, até que ponto o(a) Sr(a) concorda que a vontade da maioria deveria sempre prevalecer, mesmo que prejudique os direitos das minorias?	0. Discordo totalmente a 10. Concordo totalmente, 11. Não sabe, 12. Não respondeu	1. Majoritário, 0. Não majoritário
P50. Com qual das seguintes três frases o(a) Sr(a) está mais de acordo:	1. Para pessoas como eu, tanto faz um regime democrático ou um não democrático OU 2. A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo OU 3. Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível a um democrático? 4. Não sabe 5. Não respondeu	1. Apoia, 0. Não apoia
P51. Com base em uma escala que vai de 0 a 10, onde 0 significa “nada justificável” e 10 “totalmente justificável”, o quanto o(a) Sr(a) acredita que quando o país está enfrentando dificuldades é justificável que o presidente da República feche o Congresso e governe sem o Congresso?	0. Discordo totalmente a 10. Concordo totalmente, 11. Não sabe, 12. Não respondeu	1. Apoia, 0. Não apoia
P52. Existem pessoas que dizem que precisamos de um líder forte, que não seja eleito através do voto. Outros dizem que, ainda que as coisas não funcionem, a democracia eleitoral, ou seja, voto popular, é sempre o melhor. Em uma escala de 0 a 10, onde 0 é “concordo fortemente que necessitamos de um líder forte que não seja eleito através do voto” e 10 é “concordo fortemente que a democracia eleitoral é	0. Concordo fortemente que precisamos de um líder forte que não seja eleito através do voto a 10. Concordo fortemente que a democracia eleitoral é o melhor, 11. Não sabe, 12. Não respondeu	1. Apoia a democracia eleitoral, 0. Não apoia a democracia eleitoral

Questão	Codificação	Recodificação
o melhor”, em que ponto da escala o(a) Sr(a) se posiciona?		
P53. Em uma escala que vai de 0 a 10, onde 0 significa “desaprova fortemente” e 10 “aprova fortemente”, até que ponto o(a) Sr(a) aprova a participação de pessoas em manifestações permitidas por lei?	0. Discordo totalmente a 10. Concordo totalmente, 11. Não sabe, 12. Não respondeu	1. Apoia, 0. Não apoia
P54. Para poder prender criminosos, algumas pessoas acreditam que as autoridades devem sempre respeitar as leis, enquanto outras acreditam que, em certas ocasiões, as autoridades podem agir sem respeitar a lei. Em uma escala que vai de 0 a 10, onde 0 significa “concordo totalmente que, para poder prender criminosos, autoridades podem agir sem respeitar a lei” e 10 “concordo totalmente que, para poder prender criminosos, elas devem sempre respeitar as leis”, em que ponto da escala o(a) Sr(a) se posiciona?	0. Discordo totalmente a 10. Concordo totalmente, 11. Não sabe, 12. Não respondeu	1. Apoia, 0. Não apoia
P62. Em qual dos candidatos cujo nome eu vou ler o(a) Sr(a) votou no primeiro turno para presidente?	1. Ciro Gomes; 2. Constituinte Eymael; 3. Felipe D’Ávila; 4. Jair Bolsonaro; 5. Léo Péricles; 6. Lula; 7. Padre Kelmon; 8. Simone Tebet; 9. Sofia Manzano; 10. 1. Votou em Bolsonaro; 2. Outra opção Soraya Thronicke; 11. Vera; 12. Anulou o voto; 13. Votou em branco; 14. Não lembra; 15. NR	1. Votou em Bolsonaro, 2. Outra opção de voto
P9. Marcar faixa de idade	1. 16 a 17 anos; 2. 18 a 24 anos; 3. 25 a 44 anos; 4. 45 a 59 anos; 5. 60 anos ou mais	Mantive a original
P6. Qual o sexo	1. Homem; 2. Mulher	Mantive a original
P7. O(A) Sr(a) se considera uma pessoa branca, negra, parda, indígena ou amarela? [Se diz afro-brasileira,	1. Branca; 2. Indígena; 3. Negra (Preta); 4. Parda; 5. Amarela; 6. Outra	1. Branca; 2; Negra; 3. Parda; 4. Outra

Questão	Codificação	Recodificação
codificar como (3) Negra (Preta)]		
P12. Até que série o(a) Sr(a) estudou e concluiu?	1. Até a 4ª série do Ensino Fundamental (Antigo Primário); 2. Da 5ª à 9ª série do Ensino Fundamental (Antigo Ginásio); 3. Ensino Médio (Antigo Colegial) incompleto; 4. Ensino Médio (Antigo Colegial) completo; 5. Superior incompleto; 6. Superior completo ou mais	Mantive a original
P60. Em qual destas faixas que vou citar está a renda total da sua família no mês passado, somando o salário de todas as pessoas que moram com o(a) Sr(a), inclusive o seu?	1. Até 1 SM (Até R\$ 1.212,00); 2. Mais de 1 a 2 SM (Mais de R\$ 1.212,00 a R\$ 2.424,00); 3. Mais de 2 a 5 SM (Mais de R\$ 2.424,00 a R\$ 6.060,00); 4. Mais de 5 a 10 SM (Mais de R\$ 6.060,00 a R\$ 12.120,00); 5. Mais de 10 a 20 SM (Mais de R\$ 12.120,00 a R\$ 24.240,00); 6. Mais de 20 SM (Mais de R\$ 24.240,00); 7. NS; 8. Não respondeu/ Recusou responder	Mantive a original
P57. O quanto o(a) Sr(a) se interessa por política? O(a) Sr(a) diria que é:	1. Muito interessado(a) 2. Interessado(a) 3. Pouco interessado(a) OU 4. Nada interessado(a)? 5. Não sabe 6. Não respondeu	1. Interessado, 2. Desinteressado

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Base das Clivagens 2023.